

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNCIIPAL DE VALE DO ANARI SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA Lei de Criação n.º 572 de 22-06-1994

LEI MUNICIPAL N°. 422/2007. 26 de Novembro de 2.007

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL -PPA-2006/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Vale do Anari, no uso de suas atribuições legais e mais o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona e promulga a:

LEI

- Art. 1. ° Cria os programas **0012 Começar** que ficará vinculado ao ensino Infantil da Secretaria Municipal de Educação e o programa **0013 Recomeçar** vinculado ao Ensino de Jovens e adultos da Secretaria Municipal de Educação, em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na formas do anexo constante nesta Lei.
- Art. 2º Cria as Sub Funções 365 Ensino Infantil e 366 ensino de Jovens e Adultos, que ficam vinculados aos programas 0012 Começar e 0013 Recomeçar da Secretaria Municipal de Educação.
- Art. 3° A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder executivo, através de Projeto Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específica.
- Art. 4° A inclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Av. Capitão Silvio de Farias – Centro - Cep. 78.948-800 – fone/fax (0XX)69 3525 1057



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNCIIPAL DE VALE DO ANARI SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA Lei de Criação n.º 572 de 22-06-1994

Parágrafo Único — De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei orçamentária anual.

- Art. 5° O Poder Executivo dependerá de autorização Legislativa para alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.
- Art. 6° Para a cobertura dos valores decorrentes da criação dos programas constantes desta Lei, serão utilizados recursos de ações vinculados ao ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação, para a devida adequação da legislação da Educação Básica vigente.
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2007.

João Alves Fernandes Prefeito Municipal

Av. Capitão Silvio de Farias - Centro - Cep. 78.948-800 - fone/fax